

364

LEGISLAÇÃO E FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DOS DEBATES EM TORNO DO PROJETO DE LEI DE PARTO ANÔNIMO. *Ana Paula Arosi, Claudia Lee Williams Fonseca (orient.) (UFRGS).*

O presente trabalho está integrado a um projeto mais amplo de pesquisa intitulado “Natureza e Política no Campo da Infância e da Família” executado pelo Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS. Trata-se de problematizar relações familiares naturalizadas, a partir da análise de leis e políticas públicas que intervêm sobre a família e a infância. Na etapa atual, proponho analisar um conjunto de esforços organizados em torno do assim chamado “Parto Anônimo”, uma medida visando “coibir e prevenir o abandono materno”. Analiso não somente o projeto de lei nº 3220/2008 e seus apêndices, mas também o parecer negativo que este recebeu da comissão de Seguridade Social e Família assim como debates públicos localizados na internet e em matérias de jornal. Procuo entender, em primeiro lugar, se o projeto de lei introduz, tal como pretende, inovações capazes de responder ao desespero de mães abandonantes. Em segundo lugar, proponho entender os estereótipos subjacentes ao debate – em particular, os que permitem reiterar certos direitos já adquiridos como se fossem inovações. Para analisar o material, recorro à bibliografia sobre cuidados disciplinares, nos termos de Foucault, concebendo como alvo da disciplina o corpo da mulher grávida. Sugiro que, na intenção do projeto, a identificação de quem são as potenciais “abandonantes” é feita através de estereótipos naturalizados de classe e gênero. Conclusões parciais apontam para a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre o universo dessas mulheres que “abandonam” suas crianças à luz das políticas públicas (planejamento reprodutivo, aborto, adoção) que definem as alternativas para quem não quer criar o filho. Enfim é necessário ponderar sobre os efeitos dessa discussão do parto anônimo como mecanismo para prevenção do “abandono”, e também procurar compreender - através do estudo de casos concretos - a realidade social em que as parturientes estão inseridas. (Fapergs).